

# O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro

Fernando Resende

**Resumo:** Ao tomar como princípio a ideia de que a narrativa seja um lugar em que representações e mediações são indissociáveis, esta reflexão busca pensar e (re)conhecer a narrativa jornalística à luz de sua própria tessitura; um caminho que pode nos auxiliar a melhor conhecer a práxis jornalística. Nesse sentido, o esforço é acolher as narrativas como lugar de produção de conhecimento, trazendo à tona a problemática da representação e colocando em evidência o lugar em que se inscrevem suas instâncias enunciativas; trata-se de refletir sobre o caráter (que se pressupõe) dialógico do discurso jornalístico. Há de se perguntar se este é um modo de trabalharmos a favor do deciframento do enigma da comunicação e se a análise de narrativas, no âmbito do jornalismo, nos ajuda a considerar o paradoxo da incomunicabilidade (Ricoeur), tornando possível a compreensão e o (re)conhecimento dos abismos que o discurso instaura.

**Palavras-chave:** jornalismo, narrativa, discurso, incomunicabilidade.

**Abstract:** *Journalism and its narratives: a reflection upon the challenges of its discourse.* Based on the idea that narrative is a place where representations and mediations are indissociable, this essay seeks to ponder upon and recognize journalistic narrative in light of its own texture – a course that may help us gain a better understanding of the journalistic praxis. This endeavor involves acknowledging narratives as a form of knowledge production, which brings up the problem of representation and highlights the place where the instances of journalistic enunciation are inscribed. The purpose here is to reflect upon the presumably dialogical nature of journalistic discourse. The question is whether this is a way to help elucidate the enigma of communication and if narrative analysis in the field of journalism can help us consider the paradox of incommunicability (Ricoeur), enabling us to understand and recognize the abysses brought about by the discourse.

**Keywords:** journalism, narrative, discourse, incommunicability.

Decifrar o enigma da comunicação e ter que se haver, ao mesmo tempo, com o paradoxo da incomunicabilidade; é este o dilema que acompanha esta reflexão.

Para Paul Ricoeur (2005), tornar realizável o encontro é a tarefa a ser cumprida, o enigma a ser decifrado. Este exercício, no entanto, não se faz possível, segundo o autor, sem que sejam enfrentadas dificuldades que os usos da linguagem nos impõem. Sob essa perspectiva, o discurso, para Ricoeur, é o lugar onde o acontecimento se configura em sentido através de um processo que gera lacunas e, ao mesmo tempo, se nutre dos vazios que instaura. À frente do inexorável da linguagem, não há como considerar uma teoria do discurso resvalando-se dos abismos que ele próprio cria. Esta reflexão parte do pressuposto de que o discurso jornalístico é “não-transparente, pleno de possibilidades de interpretação” (BENETTI, 2007, p.108) e de que, entretido no seu discurso ordenador, havemos de encontrar o discurso da narrativa (GENETTE, 1995). Talvez esteja na tessitura da narrativa a chance de nos havermos com as brechas que promovem os encontros.

Acompanhando Benveniste e Austin, e, ao mesmo tempo, indo além, Ricoeur desenvolve sua reflexão problematizando a relação que se estabelece na tríade lógica / força / intenção. Em conjunção com a ideia de que os atos de fala, para além da mera realização de uma ação, se constituem das intencionalidades, esta tríade assegura possibilidades de se pensar os enunciados como instâncias atadas ao referente, uma dimensão da qual também compartilha Foucault (1996). Para Ricoeur, no entanto, em se tratando de considerar o enigma da comunicação, há que se pensar para além da ordem do discurso. E assim, é à luz da tríade por ele sugerida que se revela o fato de que a comunicação acontece em algum lugar para fora do que entendemos como sentido. Ela se dá na dimensão de uma força ilocucionária, própria de um “jogo de linguagem”, que só se realiza por que quem fala “tem a intenção de que o outro saiba que ele tem a intenção de” (RICOEUR, 2005, p.17). A este princípio Ricoeur dá o nome de “intenção desejante”, artifício que conduzirá o processo no qual o discurso pode realizar seu papel transgressor: tornar possível a comunicabilidade.

As considerações de Ricoeur, além de nos colocar diante do estado complexo em que se instaura o discurso, nos ajudam a conceber a comunicação como um processo relacional (FRANÇA, 2004). E sob essa perspectiva, o encontro a que alude Ricoeur somente se dá através de brechas, espaços que se revelam no próprio ato de produzir discursos. Esta maneira de compreender o exercício da linguagem, de certo modo contrária ao que se configura como dominante no período inicial dos estudos de mídia, revela o quanto a comunicação é dependente tanto do mundo vivido quanto do mundo que lemos, ainda pensando com Ricoeur (1994). Este filósofo, ao discutir a tessitura da intriga, dispõe a narrativa à luz de uma tríplice mimese, a que instaura a relação entre o mundo do autor, o do texto e o do leitor.

Por muito tempo, os estudos sobre os meios de comunicação foram pouco atentos à problemática da relação, nos fazendo crer na assepsia de um processo que se realizaria em sentido de mão única. À luz deste modo de compreender a comunicação, as dominâncias foram tecidas na ordem da lógica dos produtores, e assim, nos lugares legitimados para

produzir a fala, sempre coube o empenho de normatizá-la, a fim de que, salvando-se dos ruídos, fosse possível produzir a “boa” comunicação.

Desse modo, o outro do processo – o “público” e, mais adiante, a “massa” – não era visto como problema, pois a ele, entendia-se, restava sofrer os efeitos, tornando-se, muitas vezes, vítima do processo. Outras vertentes teóricas se fizeram presentes no decorrer deste período de consolidação dos estudos, mas não adquiriram, naquele momento, força de verdade. É Foucault (1996) quem diz que o verdadeiro, muitas vezes, dependendo de quando e por quem é dito, não se configura como verdade e, se à luz do discurso ordenador, entendemos as configurações das dominâncias, é também sob este mesmo foco que concebemos as ausências, as faltas que, do ponto de vista epistemológico, são construídas (SANTOS, 2002).

Uma dessas ausências, no campo da comunicação, parece ter sido os estudos culturais. Tanto o avanço tecnológico, que no século XX nos acomete com extrema força e velocidade, como a própria concepção binária que o projeto moderno ajudou a instalar são fatores que podem servir de explicação para que aqueles estudos, voltados para o micro e fundamentalmente para o Outro, ficassem à margem das grandes narrativas que se institucionalizavam. Constituiu-se o processo de obliteração da dimensão do simbólico, bem compreendido à luz do “fetiche das mídias” (SANTAELLA, 2003).

Stuart Hall (1997) nos alerta para esta condição, quando, segundo o autor, na década de 80, experimentamos a chamada “virada cultural”; processo que nos faz (re)conhecer – um viés epistemológico – a relevância das práticas culturais nos modos de entender o mundo. É quando o olhar para a cultura como problema ganha outros desafios, por exemplo, se fazer atento às mediações e às representações. E é nesse escopo que também surge como problema a questão da comunicação como processo relacional, lugar no qual práticas são constituintes e em cuja abordagem se deve valer de um olhar que apreenda o movimento próprio desta constituição (FRANÇA, 2004).

Este modo de pensar a comunicação não só nos faz duvidar da crença na força inesgotável das máquinas como também nos coloca diante do fato de que a comunicação seja o lugar da observação do mundo em movimento (FRANÇA, 2004). Enviesado, nosso olhar obliterado apagou o que para a comunicação é de natureza semiológica – o mundo em movimento se constitui de sentidos e forças, como nos alerta Ricoeur – e, se é na dimensão do simbólico que tal natureza atua, pensamos que é na inscrição da linguagem que se deve buscar compreender as faltas.

A narrativa, sob essa perspectiva, é também ausência e pode ser pensada, no âmbito dos meios de comunicação, como o lugar onde as mediações ocorrem, pois se com Ricoeur (1994) sabemos que ali se inscreve uma dimensão temporal que é da ordem do humano, com outros pensadores, por exemplo, Genette (1995), aprendemos que é nelas que se instalam os modos, os contextos e os sujeitos. Nesse sentido, o ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo.

## Narrativas jornalísticas

Benjamin (1985), em suas reflexões, diz da arte de narrar como atividade em vias de extinção. Além das experiências pessoais vividas pelo filósofo, todo o processo de desagregação e esfacelamento social trazido principalmente pela experiência da guerra e, de modo mais amplo, pela modernização sociocultural que perpassava o mundo como um todo, são fatores que certamente contribuíram para sua análise. A arte de narrar, se voltamos ao tempo em que as histórias eram contadas por quem as havia “experenciado”, de fato se perde com as mudanças que dão sentido ao mundo moderno.

No entanto, para que seja possível redimensionar a problemática levantada pelo autor, há que se compreender o ato de narrar não como o que provém tão-somente da oralidade; ele é, por excelência, fruto da necessidade que o homem tem de contar e recontar as histórias que permeiam a vida. Para Baitello Jr.,

Narrativizar significou e significa para o homem atribuir nexos e sentidos, transformando os fatos captados por sua percepção em símbolos mais ou menos complexos, (...), em encadeamentos, correntes, associações de alguns ou de muitos elos sígnicos (1999, p.37).

O ato de narrar, assim, deriva da premência de se estabelecerem modos de compreensão e entendimento do mundo em que se vive. E esse contar pode nascer, hoje principalmente, nos vários lugares em que a vida acontece. Ao contrário então do que pensa Benjamin, o romance é, ele próprio, um tipo de narrativa. Outros tipos, por exemplo, reportagens e notícias, também, de alguma maneira, recontam e criam sentidos — e, portanto narram — as experiências do homem no mundo.

Benjamin, entretanto, detecta o momento crucial em que a experiência da comunicabilidade ganha outras nuances, antevendo o que esse fato significaria para o exercício da comunicação. Aos seus olhos, mais do que o próprio romance, a informação — “incompatível com o espírito da narrativa” (1995, p.203) — é o que a ameaçaria. O dilema que o autor vive nos anos 40, de algum modo, ilumina a problemática hoje vivida. Se o ato de narrar, de acordo com as constatações de Benjamin, perde sua vitalidade no momento de exacerbação de uma prática cotidiana burocratizante e limitadora (processo advindo de um projeto que visa a modernizar o homem e o mundo), no atual momento, em meio à proliferação de narrativas, é o ato exacerbado de um narrar burocratizado — imposto pelo discurso jornalístico “oficial” —, que impõe a reflexão sobre si próprio.

Para os estudos do jornalismo — que visam à produção de conhecimento sobre um campo em que o material e o simbólico ganham conotações antinômicas (RESENDE, 2008a) — este dado apresenta tanto um viés histórico quanto epistemológico. Neste campo, acolher as narrativas como lugar de produção de conhecimento significa não só trazer à tona a problemática da representação, mas colocar em evidência o lugar em que se

realizam “ações e performances socioculturais” (MOTTA, 2007, p.145). Assim, pensar, (re) conhecer e analisar as narrativas jornalísticas à luz de sua tessitura pode ser um caminho tanto para se conhecer o jornalismo quanto o seu próprio fazer.

No que diz respeito à narrativa, de acordo com Genette (1995), são três os níveis que se deve considerar: o como, o quê e o quem. Trata-se, sob a perspectiva deste autor, de levarmos em consideração o discurso da narrativa, onde é preciso refletir sobre o contexto e o modo narrativo, além de considerar o sujeito que narra a história. Para Genette, “num primeiro sentido, (...) narrativa designa o enunciado narrativo, o discurso oral ou escrito que assume a relação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos” (1995, p.23); o *como contar* é a questão nodal. Num segundo sentido, “narrativa designa a sucessão de acontecimentos, reais ou fictícios, que constituem o objeto desse discurso, e as suas diversas relações de encadeamento, de oposição, de repetição” (1995, p.24); o conteúdo é o que concerne a essa definição. E, em um terceiro momento, na perspectiva da narração, Genette traz à tona o *quem* da narrativa, quando esta “designa, ainda, um acontecimento: já não, todavia, aquele que se conta, mas aquele que consiste em que alguém conte alguma coisa: o ato de narrar tomado em si mesmo” (1995, p.24).

No que se refere ao texto jornalístico, os estudos se detiveram, mais veementemente, no segundo nível de que trata Genette, o que diz da narrativa como história, sem que necessariamente a narrativa tenha sido considerada um problema. Trata-se, basicamente, de estudos que visam pensar a mensagem e o seu conteúdo, ora porque advindos de determinados autores/jornalistas, ora porque partes de um ou outro veículo. Há também as reflexões que partem dos conceitos de objetividade e imparcialidade, exemplos de estudos que se dedicam a pensar os conceitos que têm servido para definir o fazer jornalístico. Outros estudos, por exemplo, incursões reflexivas sobre o texto da reportagem ou o lugar da crônica – ainda que vitais para uma compreensão mais ampla do universo textual jornalístico – tratam de questões regidas pela ideia de gêneros, pensados muitas vezes de forma estanque.

Estes são percursos de extrema importância e são, no âmbito desta reflexão, elementos que muito contribuem para o ancoramento do discurso jornalístico tradicional. Porém, para que se compreenda este discurso em sua condição narrativa, estudos que considerem os dois outros níveis citados por Genette, o da narrativa como discurso e o da narrativa como narração, parecem ser cruciais. Pois, para Genette,

História e narração só existem para nós, pois, por intermédio da narrativa. Mas, reciprocamente, a narrativa, o discurso narrativo não pode sê-lo senão enquanto conta uma história, sem o que não seria narrativo (...), e porque é proferido por alguém, sem o que (...) não seria, em si mesmo, um discurso (1995, p.27).

Na narrativa jornalística, a forma autoritária de narrar histórias se mantém, e, de certa forma, com mais agravantes por apresentar-se velada. Envolto no real e na verdade

como referentes, além de trazer a imparcialidade e a objetividade como elementos que operam sentidos, o discurso jornalístico tradicional — o que encontra legitimidade epistemológica — coloca à disposição do jornalista escassos recursos com os quais narrar os fatos do cotidiano.

Assim, em se tratando do jornalismo, apropriar-se da ideia de narrativas enquanto discurso e narração é uma problemática a ser enfrentada, hajam vistas as questões que este caminho suscita. Por exemplo, no âmbito específico desta reflexão, ao problematizar aspectos relativos ao papel do jornalista e à questão das vozes que operam o discurso e dos sujeitos nele representados, as análises realizadas colocam em evidência o caráter (que se pressupõe) dialógico do discurso jornalístico. Há de se perguntar se este é um modo de trabalharmos a favor do deciframento do enigma a que se refere Ricoeur e se a análise de narrativas, no âmbito do jornalismo, é um esforço de compreensão e (re)conhecimento dos abismos que o discurso instaura.

De qualquer modo, compreender a narrativa como lugar de produção de conhecimento significa dar ênfase à ideia de jornalismo como atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis; como um lugar em que “consonâncias e dissonâncias [são] estabelecidas por sujeitos ativos e atuantes que, em conjunto, e no atrito de suas afinidades e diferenças, constroem [com os meios] seu mundo partilhado” (FRANÇA, 2004, p.25). Espera-se, com os exemplos a seguir, jogar luz sobre esta reflexão.

## Verdades

“Eu sou um fundamentalista. [...] Se Osama bin Laden está por trás dos atentados contra a América, ele tem o meu apoio. Osama deve ter tido um motivo razoável para matar aquelas pessoas. Osama é um herói para os verdadeiros muçulmanos. [...] Devemos matar os americanos porque eles são inimigos do islã. Os americanos dão apoio político, financeiro e militar para Israel roubar a terra dos palestinos. [...] Se você for um inimigo do islã, eu tenho a obrigação de matá-lo”.

As frases acima são de Salahuddeen Khalid, um paquistanês de 27 anos que está na prisão de Doo-Ab, no vale do Panshir, junto com outros 379 detentos capturados pela Aliança do Norte nas batalhas contra os soldados do Taleban. Mais interessante ainda: ele diz pertencer à Al Qaeda, a organização terrorista chefiada por Bin Laden.

*No imaginário do mundo ocidental, Khalid é a encarnação perfeita de um extremista.* Além das declarações de dar orgulho ao mulá Omar, o líder do Taleban possui a aparência de um fundamentalista. Tem a barba longa, com os fios enrolados na ponta. Professor de história islâmica, usa óculos pretos, com aros grossos e grandes. Fala de um jeito calmo e seguro, que lembra as cenas das raras entrevistas de Bin Laden repetidas na TV.

No entanto, *esse personagem ideal do ponto de vista jornalístico* provavelmente é uma farsa. “Está errado”

Terminada a entrevista, quando a Folha fica sozinha com Khalid por menos de dez segundos, ele diz *uma frase que lança dúvidas sobre tudo o que falou* e que mostra que ele pode ter sido usado como peça de propaganda da Aliança do Norte para demonizar o Taleban: “A entrevista está errada”<sup>1</sup> (grifo nosso).

Quem é o autor dessa matéria? Não há dúvida, códigos oferecidos ao leitor, como “isto é um jornal e o nome do repórter apresentado no início do texto”, fazem com que, imediatamente, tenha-se o jornalista como referencial de autoria. Kennedy Alencar, então enviado especial a Islamabad, é quem escreve a matéria. Além de uma descrição detalhada da cena em que a entrevista ocorre, o jornalista impõe o imprevisto. A entrevista que ele faz pode ser uma “farsa”.

A trajetória que esse texto oferece como possibilidade de leitura é invariavelmente outra, distinta daquela que opera na dimensão de uma busca insensata da verdade. Pode-se chegar a considerar que um texto cego<sup>2</sup> faria um recorte e trabalharia a entrevista a partir do momento em que a farsa é detectada. A norma a seguir talvez fosse recomençar a entrevista já que a fonte, não confiável, não serve como entrevistado. À luz do *texto das lógicas*<sup>3</sup>, uma entrevista como essa confunde o leitor, não correspondendo, é o que se diz, à ordem principal de informá-lo com precisão.

Levar o leitor à dimensão da farsa, certamente, exige coragem por parte do jornalista, pois este tira de si a sua própria condição de sujeito deificado. Ele perde a aura que uma ordem epistemológica condutista lhe empresta de ser quem transmitirá o saber absoluto ao outro, para ver-se na condição de comum, do humano que lhe é pertinente. É interessante, não somos acometidos por uma dúvida em relação ao fato – Khalid é paquistanês, tem 27 anos, é militante do Taleban e foi capturado pela Aliança do Norte. O que ocorre, nesse aspecto, é uma desconstrução do lugar da verdade. Verdade que, vale dizer, se está em algum lugar, nunca é no fato, mas em *quem* o vê como verdade.

Nesta narrativa, o jornalista-autor brinca com os dogmas jornalísticos quando permite que em seu texto se faça referência a “um personagem ideal”: o que seria delator de uma verdade. Um personagem ideal porque corrobora uma lógica que visa a pensar os efeitos ou que acredita, de antemão, que na mensagem estará inevitavelmente contido o mal ou o bem. Ideal porque evita um prolongamento na compreensão das circunstâncias que cercam o fato — o que atende ao fator tempo porque seu processamento é mais rápido. E ideal porque, dado à compreensão imediata, “coopera” com a suposta incapacidade do leitor de articular os fatos.

<sup>1</sup> ALENCAR. Talebans presos viram propaganda. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 out. 2001. Caderno Mundo, p.A12.

<sup>2</sup> Em Resende (2002b), é trabalhada a ideia de uma “oposição”, no jornalismo, entre textos cegos e textos ruidosos. Os primeiros são aqueles que, por se limitarem às ordens do legitimado discurso jornalístico, não se disponibilizam ao olhar do Outro. Os textos ruidosos são aqueles que, ao fazerem uso de estratégias narrativas complexas – presença explícita do narrador, por exemplo – se lançam às possibilidades de um diálogo.

<sup>3</sup> Um princípio ordenador do discurso jornalístico e de sua narrativa que visa ao acolhimento das perspectivas teóricas dominantes. Sua contraparte é a lógica do texto, princípio que toma a narrativa como lugar de produção de conhecimento, conforme Resende (2002b).

Este jornalista também oferece ao leitor a possibilidade de perguntar-se: “há um imaginário do mundo ocidental?” A afirmação da existência de ideais e imaginários no texto construído por este jornalista sustenta-se como verdade no seu próprio texto. “Veja como estamos diante de alguém”, sugere o texto, “que poderia sustentar nossas convicções, mas que invariavelmente assim não o faz!”. A dúvida de quem escreve o texto é compartilhada com quem o lê. Este é um dado fundamental que faz deste um texto *ruído*, sabedor de que toda narração implica a existência de um leitor.

Ainda de outra perspectiva, este é, também, um texto curioso. Quem escreve afirma que Khalid “se diz” pertencer ao Taleban e que o diretor da prisão “dissera” ter sob o seu domínio prisioneiros da Al Qaeda — o que seria distinto, caso o jornalista escrevesse “Khalid afirmou” ou “segundo o diretor da prisão”, lugar comum nos textos cegos. Tais códigos são fundamentais, pela *lógica do texto*, no exercício de compreensão do *quem* e do *como* narrar uma história. Do *como*, porque indica ordens de construção de sentido, uma determinada escritura traz um ou outro sentido, dependendo dos modos a serem utilizados, e do *quem*, porque redimensiona o lugar de quem escreve, já que este, ao trazer à luz os elementos que indicam dúvida na fala do outro, divide as suas incertezas com quem ele dialoga. Nesta análise, para além da frase, segue-se também para além do fato.

Esses são aspectos importantes quando se pensa sobre a dimensão complexa na qual se insere o ato jornalístico. O jornalista, como um dos protagonistas do ato, quando se reposiciona no lugar do humano, cria possibilidades de encontro. Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o é aquele para quem escreve. Ainda que seja dado ao primeiro o privilégio da escrita, ele não faz sua a voz do outro e nem se propõe, tão-somente, a parafrasear suas fontes, como acontece com o texto jornalístico que nada mais faz do que obedecer as regras do discurso dado como legítimo.

## A dialogia necessária

A noção de dialogia (BAKHTIN, 1997,1998) é peça-chave para uma melhor compreensão do ato jornalístico. Para Stam, é importante trazer o autor russo para as reflexões contemporâneas, pois “existindo em diálogo com outras metodologias (...), o pensamento bakhtiniano aponta o rumo para a superação das dicotomias estereis e dos paradigmas exauridos” (1992, p.102). Tendo como referência a palavra “diálogo”, dialogia diz respeito a esse processo de interação discursiva, sem, no entanto, nele se esgotar. Trata-se de uma noção que diz da relação entre o “eu” e o outro, relação que se manifesta, também, nas práticas discursivas textuais, sejam elas literárias ou não. Para Stam,

(...) o dialogismo (...) aplica-se também por extensão à relação entre as línguas, as literaturas, os gêneros, os estilos e até mesmo as culturas. (...) o dialogismo se refere às

possibilidades abertas e infinitas geradas por todas as práticas discursivas de uma cultura, toda a matriz de enunciados comunicativos onde se situa um dado enunciado (1992, p.74).

Com Bakhtin, além de ser possível conhecer os elementos constitutivos do discurso, percebe-se que a narrativa se constrói na relação dialógica que ela própria deflagra. Segundo o autor,

(...) apenas o contato entre a língua e a realidade — que se dá no enunciado — provoca o lampejo da expressividade. Esta não está no sistema da língua e tampouco na realidade objetiva que existiria fora de nós (Bakhtin, 1997, p.311).

Para falar do modo como se tecem as histórias, estamos no limite entre a vida vivida individualmente e a que irrompe na experiência com o outro. O lampejo da expressividade dá-se na relação, no contato entre o que se vive e a língua — elementos que são frutos de um constante atrito entre a experiência individual e a que se tem com o outro. Nesse lugar onde os eus se encontram, constroem-se discursos que, uma vez tecidos, refazem-se em narrativas. As histórias, tecidas por sujeitos-protagonistas, são produzidas e, ao mesmo tempo, produtos desse lugar.

Acompanhando, ainda, um trecho da narrativa sobre o Afeganistão, lemos:

*Os jornalistas ainda têm esperança de que possa haver novo bombardeio*, mas o evento foi suficiente apenas para despertar mais uma troca de chumbo entre rebeldes e o Taleban na planície de Shagali. O latido solitário de um cachorro e o cantar de galos da vila juntam-se ao barulho dos tiros durante alguns minutos. O silêncio retorna a Bagram, que na manhã seguinte retoma sua rotina de vila quase deserta bem no meio de uma frente de batalha<sup>4</sup> (grifo nosso).

Os jornalistas são personagens do texto, participam da cena sem que haja qualquer interferência no fato propriamente dito. A esperança dos jornalistas não os coloca a favor ou contra a guerra, faz deles observadores da cena. Não há possível isolamento, homem e mundo são partes do todo, e o texto assim diz. O processo dialógico que se estabelece em uma narrativa como essa é decisivo para fazer deste um texto vivo, porque aberto a significações outras que não somente as que derivariam do olhar de um jornalista-deus. Um texto ruidoso que clama para si a observação, no instante mesmo em que se observa a cena.

Se para Bakhtin a dialogia nasce da polifonia do texto, é no espaço societário polifônico, se nos permitirmos ver o mundo da vida como um texto, que também se encontra o dialogismo no ato jornalístico. As possibilidades de reconhecimento da pluralidade de identidades, a relativização, no texto, de dogmas que operam a construção do discurso, o próprio suscitar das dúvidas e a utilização de estruturas sintáticas provocadoras de

<sup>4</sup> ALENCAR. Vila em ruínas é centro de confronto. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 out 2001, Folha Mundo, A17.

sentidos outros que não o esperado naquele discurso específico são modos dialógicos de interagir com o mundo.

Sob essa perspectiva, tem-se como premissa o fato de que o ato jornalístico, em sua dimensão complexificada, pressupõe um exercício dialógico. E, neste caso específico, o dialógico que se manifesta no texto. Tal busca, certamente, implica reconhecer o dissenso que se constrói no texto, ou o *conflito*, para fazer referência ao espaço em que se inserem as narrativas nos dias atuais (RESENDE, 2008b). Nesse lugar, contrária à noção de um discurso formatado que explica o mundo, trabalha-se com a ideia da construção de uma narrativa que está em processo. Para tal efeito, fala-se de uma necessária dialogia, quando o que se pretende é considerar as possibilidades do encontro.

## O ato jornalístico como gesto dialógico

Repensar o ato jornalístico, portanto, implica conceber, nele, a coexistência de atores, tanto os que o provocam como os que são por ele provocados; um processo, por excelência, relacional. Esse pressuposto ressignifica a atitude dos sujeitos que participam do ato, percebendo-os no encaicho de uma expectativa de compreensão — bem sucedida ou não — sem abrir mão da heterogeneidade na qual eles se inscrevem. O jornalista escreve para alguém e, necessariamente, escreve porque quer ser compreendido. O leitor, por sua vez, lê e busca por um gesto que o faça compreender o fato. Como agentes da ação, esses sujeitos não se fazem exclusivamente de um único lugar, o de locutor ou ouvinte, pois são, ao mesmo tempo, a fala e a escuta, produtos/produtores de atos comunicativos.

A *lógica do texto* parte desse pressuposto dialógico: há uma relação, no texto, de um eu com um outro. E, se assim o é, não se compartilha da ideia de sujeitos-objetos subjugados a um todo econômico, mas de um princípio no qual se instauram e se legitimam as relações entre os atores sociais entrelaçados pela cultura (HALL, 1997); sujeitos em processo de negociação de sentidos. À luz do texto, o ato jornalístico suscita, ele próprio, a dialogia, e é este o lugar do encontro possível:

“Saia agora ou vai se machucar”, gritou Halil. “Estou muito ocupado, volte outra hora.” Menos de um minuto se passou quando o garoto se encostou em um muro da avenida principal de Kalândia — um bairro da periferia de Ramallah, na Cisjordânia — para dar passagem a cerca de 70 adolescentes que, durante a corrida, jogavam pedras em soldados israelenses.

Os garotos invadiram a rua, e o trânsito parou. O barulho dos tiros fez com que os pedestres, a maioria estudantes, saíssem correndo.

A poeira do asfalto se espalhou e Kalândia viveu minutos de caos, mas sem feridos.

Desde que o irmão de Halil, Yassim, 20, foi morto, há quatro meses, durante um confronto com o Exército, ele assumiu a função de “coordenador das demonstrações” (denominação local para a atividade de apedrejar soldados).

[...]

Todos os dias, depois da escola, ele reúne entre 50 e 80 adolescentes para fazer “demonstrações”<sup>5</sup>.

Há alguém vivo na cena que nos remete ao local e nos faz ver o que acontece. Nos enunciados que tecem o texto, encontramos-nos próximo ao fato; o discurso indireto, contrário ao que remete diretamente à fala do outro, dá-nos a certeza de que alguém *olha* a cena e conta o que passa. Uma escritura relativamente simples que permite, por exemplo, uma troca de olhares entre quem narra e quem lê, gesto que faz refletir o processo dialógico inerente aos enunciados e corrobora a dialogia própria do ato jornalístico. Ato que parte de um sujeito real, o jornalista, que, por estar no mundo e, portanto, com o Outro, escreve sobre o que vê. Dirá Stam (1992, p.18): “O autor [...], como o eu concebido por Bakhtin, não é uma entidade estática, mas, antes, uma energia disponível, que existe em interação com outros eus e personagens”.

Desse modo, as narrativas jornalísticas são lidas e compreendidas como histórias que geram outras. O fato não se encerra nele próprio, ele gera significado. No exercício da narrativa, ele produz sentido, formando, quem sabe, outros pólos possíveis de compreensão do cotidiano. No hoje em que se vive a ordem do conflito (MIËGE, 1992), o lugar dessas narrativas pode tornar-se espaço de trocas de saberes e visões de mundo, lugar onde o eu se constrói em colaboração com outros eus e outros personagens. Trata-se de um caminho às vezes tortuoso, porque não se lida exclusivamente com o real como referente, mas com o real do texto, este que é construído porque (e quando) o texto é tecido. Para Kristeva (1984, p.95), “(...) o dialogismo bakhtiniano designa a escrita, ao mesmo tempo como subjetividade e como comunicabilidade”.

## Considerações finais

A questão das narrativas das mídias, e das narrativas jornalísticas em particular, nos leva à indagação acerca da representação e ao conhecimento das instâncias enunciativas, além de ser fundamental na compreensão dos modos de configurar, no jornalismo, as relações de poder<sup>6</sup>. Se as narrativas são representações sociais que indicam os nossos modos de ver o mundo (APPADURAI, 2003), é também através delas que podemos compreender a inscrição dos sujeitos neste mesmo mundo que vemos.

À luz dos estudos culturais, buscar esta forma de conhecimento faz ampliar os nossos desafios. É grande o risco de que o próprio processo de obliteração do simbólico possa

<sup>5</sup> ATHIAS. Palestinos aderem a grupos islâmicos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2001. Caderno Mundo, p.A24.

<sup>6</sup> Neste sentido, parece fundamental que toda e qualquer problematização em relação à narrativa, no jornalismo, articule questões levantadas por Foucault, particularmente por suas referências às dimensões de saber e poder inscritas na ordem de qualquer discurso. Em Resende (2007), encontram-se melhor elaborados aspectos considerados relevantes para o tratamento desta problemática.

nos servir para esconder suas contrapartes – a questão das hegemonias, do mercado e a problemática da ideologia. Por exemplo, nossa tendência ao pensamento binário pode nos fazer pensar que tudo é cultura, dirá Hall (1997), o que gera relativismos e pouco esclarece a perspectiva relacional que aqui busquei salientar.

Os embates entre o eu e o outro – reconhecimento básico para se pensar as possibilidades do encontro – não se dão na perspectiva de uma harmonia, o que está em jogo é uma luta de forças que precisa ser problematizada à luz da cultura como questão e não como objeto (EAGLETON, 2005). Preocupado com o tom celebratório que muitas vezes nos acomete, Castro-Gomez (s/d) ressalta a importância de procurarmos associar cultura e mercado, relação que revela dispositivos que rechaçam e/ou produzem diferenças. A narrativa, lugar de relação, tece experiências fundamentais. Ao cruzar a experiência fictícia do tempo com a do tempo vivido (RICOEUR, 1994), por exemplo, ela pode trazer à tona os embates entre os discursos homogeneizadores e os que ligam conflitos<sup>7</sup>.

Se em torno da narrativa, a tríplice mimese de que fala Ricoeur nos ajuda a compreender os modos de tecer a intriga, é também a tríade a partir da qual este autor propõe pensar o discurso que pode nos auxiliar a compreender os abismos do / no qual ele é tecido. Se, como afirma Ricoeur, a comunicação acontece em algum lugar para fora do que entendemos como sentido, esta reflexão sugere que o papel transgressor do discurso pode ser cumprido à luz das brechas explicitadas pela narrativa. É na sua tessitura que podemos considerar a “intenção desejante” de que fala Ricoeur; é no seu tear que os encontros se fazem possíveis. Este jogo entre discurso e narrativa me parece fulcral e a expectativa é de que nele o paradoxo da incomunicabilidade seja, no mínimo, explicitado, dando lugar ao que Ricoeur chama de “maravilha da comunicação”, que nada mais é do que a realização do encontro.

## Referências

- APPADURAI, A. (2003). *Modernity at large – cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BAITELLO JR., N. (1999). *O animal que parou os relógios: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia*. São Paulo: Annablume.
- BAKHTIN, M. (1997). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Unesp.
- BENETTI, M. (2007). Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C; BENETTI, M. (org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, p.107-122.
- BENJAMIN, W. (1985). O narrador — considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, p. 197-221.

<sup>7</sup> Em outros trabalhos (Resende, 2002a, 2002b, 2006, 2008b) são desenvolvidas análises de narrativas que buscam iluminar outras perspectivas e estratégias, também consideradas fundamentais, para a reflexão aqui proposta.

- CASTRO-GÓMEZ, S. (s/d). *Althusser, los estúdios culturales y el concepto de ideología*. Disponível em: <http://insumisos.com>. Acesso em: julho/2008.
- EAGLETON, T. (2005). *Depois da teoria – um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FOUCAULT, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola.
- FRANÇA, V. (2004). Representações, mediações e práticas comunicativas. In: FOLLAIN; GOMES; PEREIRA (org.). *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- GENETTE, G. (1995). *Discurso da narrativa*. Lisboa: Veja.
- HALL, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: THOMPSON, K. (org.). *Media and cultural regulation*. Londres.
- KRISTEVA, J. (1984). *O texto do romance*. Lisboa: Horizonte Universitário.
- MATTELART, Ad; M. (1999). *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola.
- MIÈGE, B. (1992). *La sociedad conquistada por la comunicación*. Barcelona: ESRP/PPU.
- MOTTA, L. (2007). Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C; BENETTI, M. (org.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, p.143-167.
- RESENDE, F. (2002a). *Textuações – o factual e o ficcional no Novo Jornalismo de Tom Wolfe*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- \_\_\_\_\_. (2002b). *O olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico*. São Paulo: ECA/USP. (tese de doutoramento).
- \_\_\_\_\_. (2006). O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. In: LEMOS, A. BERGER, C; BARBOSA, M. *Narrativas Midiáticas Contemporâneas*. Porto Alegre: Sulina.
- \_\_\_\_\_. (2007). O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. In: *Revista Galáxia*. São Paulo: PUC-SP, n.14 / dez.
- \_\_\_\_\_. (2008a). (Des)caminhos: o jornalismo e seus desafios metodológicos. In: *Revista Galáxia*. São Paulo: PUC-SP, n.15 / julho.
- \_\_\_\_\_. (2008b). Espaços parciais, espaços de resistência: relatos e conflito no cenário contemporâneo. In: GOMES & MARGATO (org.). *Espécies de espaço: territorialidades, literatura, mídia*. Belo Horizonte: UFMG.
- RICOEUR, P. (2005). Discours et communication. In: *Cahier de L’Herne Ricoeur*. Paris: Editions de L’Herne, n.81.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Tempo e Narrativa*. v.1. Campinas: Papyrus.
- SANTAELLA, L. (2003). Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. In: *Revista Famecos*. Porto Alegre, n.22 / dezembro.
- STAM, R. (1992). *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática.
- SANTOS, B. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.63, outubro.

FERNANDO RESENDE é doutor em Ciências da Comunicação (USP). Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Artigo recebido em  
e aprovado em de 2009